

**ASSUNTO:** Aquisição de Serviços - Auditor Externo, para certificação legal de contas para os anos de 2022, 2023 e 2024, demais funções constantes do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação vigente) e consultoria contabilística

**INFORMAÇÃO N.º:** 358/DAF/2022

**NIPG:** 10945/22

**DATA:** 2022/08/10

**DESPACHO:**

Concordo.  
11-08-2022



Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.  
Presidente da Câmara Municipal da Nazaré

**Registos da Contabilidade**

P - 1078

11-08-2022

Lara Taveira



Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Considerando a necessidade de iniciar o procedimento legal com vista à **aquisição de serviços de auditor externo**, para certificação legal de contas, demais funções elencadas no Regime Financeiro das Autarquias Locais e consultoria contabilística;

Dado que nos termos do artigo 450.º Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP, se trata de um contrato de aquisição de serviços, e visto a necessidade ter sido superiormente aprovada, **submete-se à consideração e decisão superior a presente proposta que visa obter o seguinte:**

**1. Decisão de contratar e de autorização da despesa**

A decisão de contratar e autorizar a despesa cabe ao Sr. Presidente da Câmara Municipal – no uso de competência própria – Cfr. alínea e) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 18.º, n.º 1 al. a) do D.L. 197/99 de 08/06, aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1 al. f) do CCP.

Uma vez findo o procedimento pré-contratual e antes da assinatura do contrato, deverá ocorrer a nomeação do Auditor Externo, em sessão da Assembleia Municipal.

**2. Decisão de escolha do procedimento**

Assim, e para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, o respetivo preço contratual não deverá exceder os 27.000 €, sendo repartido plurianualmente da seguinte forma:

ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
4.500 € + IVA	9.000 € + IVA	9.000 € + IVA	4.500 € + IVA

O montante para 2022 é assegurado pelo orçamento do corrente ano e tem previsão de cabimento na rubrica 0102/020220 - conforme documento contabilístico em anexo.

O valor estimado (27.000 €) corresponderá o preço base.

De acordo com o artigo 38.º do CCP, a escolha do procedimento cabe ao órgão com competência para a decisão de contratar.

Nos termos da regra geral de escolha do procedimento prevista no artigo 18.º do CCP, e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar de acordo com os limites ao valor do contrato constantes do art.º 20º, n.º 1, alínea d) do CCP, propõe-se a adoção de uma CONSULTA PRÉVIA.

**3. Nomeação de Júri e delegação de competências**

O presente concurso é conduzido por um júri, composto por 3 (três) membros efetivos e por 2 (dois) suplentes, designadamente:

Efetivos:

Helena Pola, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal da Nazaré, que preside;

Lara Taveira, Técnica Superior (Economista) afeta à Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal da Nazaré.;

Ricardo Carapau, Técnico Superior (Economista) afeto à Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal da Nazaré.

Suplentes:

Ricardo Caneco, Técnico Superior (Jurista) afeto à Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal da Nazaré

Liliana Codinha, Técnica Superior (Auditora) afeta à Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal da Nazaré.

Ao júri do concurso compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências com aquelas relacionadas, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à

boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise das propostas, atentas as seguintes limitações:

- ✓ Atos de retificação das peças do procedimento;
- ✓ A decisão de adjudicação

#### **4. Entidades a convidar**

Ao abrigo do disposto nos artigos 112º, 113º, n.º 1, e 114º, todos do CCP, propõe-se que sejam convidados, a apresentar proposta:

- JM Ribeiro da Cunha & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – NIF 514 809 833.
- Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
NIF 505988 283
- DFK & Associados, SROC, Lda  
NIF 504 012 681
- Deloitte & Associados, SROC S.A.  
NIF 501 776 311
- PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
NIF 506 628 752
- KPMG & ASSOCIADOS - S.R.O.C., S.A.  
NIF 502 161 078
- BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
NIF 501 340 467

#### **5. Negociações**

Não haverá lugar a negociações.

#### **6. Redução do Contrato a escrito e Publicação**

De acordo com o art.º 94.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito, salvo seja enquadrável em alguma das exceções previstas no art.º 95 do mesmo diploma.

Segundo o artigo 127.º, deverá ser publicado no site <http://www.base.gov.pt>, sob pena de ineficácia do contrato, nomeadamente para efeitos de pagamentos.

#### **7. Relativamente ao disposto na LOE em vigor:**

O preço base fixado para a celebração de contrato com o mesmo objeto, em 2020 e 2021, correspondeu a uma base anual de 9.000 €, valor que se mantém, ou seja, montante pelo qual o contrato será celebrado em 2022 e seguintes, pelo que se cumprem as regras do Orçamento de Estado em vigor.

**8. Parecer Prévio**

Quanto ao parecer prévio vinculativo obrigatório, a LOE veio esclarecer que, nas autarquias locais, o mesmo é da competência do presidente do órgão executivo.

Pelo que, se propõe que a concordância com o teor da presente informação englobe a decisão de V. Exa., de conceder parecer prévio favorável à presente aquisição de serviços.

**9. Aprovação das peças do procedimento**

São peças deste procedimento o Caderno de Encargos e o Convite, as quais têm de ser aprovadas pelo órgão com competência para a decisão de contratar. – Cfr. art.º 40º, n.º 1, alínea a) e n.º 2 do CCP.

Na elaboração das peças procedimentais foram observadas as disposições legais aplicáveis.

À consideração superior.

10-08-2022

Assinado por: **Helena Isabel Custódio Pisco Pola Piló**  
Num. de Identificação: 09907506  
Certificado por: **Diário da República Eletrónico.**  
Atributos certificados: **Chefe da Divisão Administrativa e Financeira - Município da Nazaré.**

